

# Uma concorrência impossível

“Os empresários não podem mais admitir que o Estado se arrogue uma presença empresarial como se fosse possível haver concorrência entre ele e a sociedade. O interesse público sempre serve de biombo para abolir a disputa de mercado” — afirma o diretor do JORNAL DO BRASIL

Bernard da Costa Campos, em seu pronunciamento na abertura do Fórum JB/CNI que tratou dos “Limites da intervenção do Estado na economia”.

Bernard Campos lembra que a democracia torna indispensável a abertura de caminho para a livre iniciativa. Eis a íntegra de seu discurso:

“**E**STE é o momento adequado para botar as cartas na mesa: estão em debate os limites da intervenção do estado suportáveis pela economia de mercado. O novo regime quer se livrar da carga do autoritarismo, mas só jogou fora o lastro de intervenção direta na política.

O Estado brasileiro tornou-se grande empresário, cercou-se de vantagens para manter à distância os concorrentes e outorgou à atividade produtiva um entulho de normas que paralisam a iniciativa privada.

O novo regime mudou politicamente, mas não providenciou ainda sequer as medidas preliminares que permitirão a este país, do ponto de vista da produção e do consumo, ser uma democracia razoável. É preciso entender bem a situação atual com a ajuda da História: o Estado teve na modernização econômica brasileira uma presença que o levou a ser mais do que o seu patrono. O Estado Novo em 37 e o regime de 64 completaram-se no intervencionismo. O Estado se tornou grande empresário e se deixou possuir pela megalomania de que lhe estava reservado um papel histórico. Foi um engano.

Nasceu nos anos setenta a estranha teoria de que o capital estrangeiro representava um perigo maior do que a nossa capacidade de enfrentá-lo na competição econômica. O Estado fez-se então empresário de grandes projetos para que, reforçando a iniciativa privada (esconde-se aí a falácia), o Brasil fosse capaz de resistir ao capital estrangeiro e torná-lo de importância secundária.

O capital estrangeiro deixou de se interessar pelo Brasil, pelo menos com a mesma confiança dos anos 50. Os em-

preendimentos estatais se avolumaram além da conta e, em consequência, as atividades privadas se atrofiaram diante do gigantismo das empresas públicas.

Nos últimos dez anos o que se expandiu em nosso país foi a atividade econômica estatal. A redemocratização política se fez a despeito do predomínio do Estado, mas por isso mesmo em ritmo lentíssimo. A liberdade foi restabelecida, a censura abolida e mesmo assim a economia não recuperou a liberdade sem a qual não há democracia.

É por isso que a prioridade da democratização se desloca decisivamente do plano político para a atividade econômica. A Constituinte cuidará do assunto a seu tempo, mas se os empresários não assumirem desde já a grande causa da democracia, corremos o risco de ser prisioneiros da definição de vaga competência que os constituintes de 1946 fixaram: ao Estado cabe a suplementação ou a ação pioneira em matéria econômica. Apesar da definição, tudo se passou no sentido contrário à iniciativa privada e a favor do Estado.

Os empresários não podem mais admitir que o Estado se arrogue uma presença empresarial como se fosse possível haver concorrência entre ele e a sociedade. O interesse público sempre serve de biombo para abolir a disputa de mercado.

Não se trata, no entanto — é bom deixar bem claro, de propor apenas uma desestatização da economia. A redução do número de empresas que precisem ou convenham ser deixadas em mãos do Estado não resolve uma questão política. A estatização fez à cabeça de parcelas da sociedade e difundiu velhos equívocos. É tão grave quanto a existência de empre-

sas públicas sem necessidade econômica a ditadura normativa da burocracia sobre a sociedade: o Estado decide tudo.

O Estado precisa ser expulso, em primeiro lugar, das cabeças que o acreditam credenciado a promover o bem geral. É uma inverdade.

A sociedade é que deve prover, política e economicamente, as iniciativas capazes de aumentar as condições de produção, numa escala de melhoria de que só os cidadãos são juízes.

O problema não se limita à propriedade de empresas pelo Estado. Pior do que isso são as ingerências com que, em todos os planos, do municipal ao federal, o poder público tiraniza a cidadania e asfixia a sociedade. Não há atividade produtiva, pequena empresa, criação artesanal, que não desperte a desconfiança do Estado e seja suspeita aos olhos da burocracia.

Para um país que optou pela economia de mercado, essa suspeita sistemática é inaceitável. É preciso começar desde já a remoção desse entulho autoritário que ficou para trás na evolução política. É hora de jogar para fora dos porões abarrotados durante a ditadura todos os equívocos que fizeram deste país um regime autoritário.

Para fazer uma democracia é indispensável, antes de mais nada, retirar o lixo e aplinar o caminho para que a livre iniciativa demonstre que o seu sentimento de justiça social é mais condizente com as aspirações de liberdade dos cidadãos. Vamos transformar nossos sentimentos e convicções em palavras, nossas palavras em debate, nossos debates em projetos. Para isso somos homens de ação, e democratas. Mãos à obra. 99